

# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.009-B, DE 1997

~~Estabelece a obrigatoriedade da~~  
~~inclusão~~Disciplina a construção de eclusas,  
ou dispositivos equivalentes de  
transposição de nível, ~~e de equipamentos~~  
~~ee estabelece~~ procedimentos de proteção à  
fauna aquática, na implantação de  
barragens de cursos de água.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática em barragens de cursos de água.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 1º .....

§ 4º A União e os Estados se articularão para o planejamento nacional integrado da localização de eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis." (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

"Art. 13-A – A outorga de direito de uso de recursos hídricos precedida de construção de barragem em cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis de domínio da União é condicionada à prévia avaliação da

viabilidade técnica e econômica da implantação de eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis.

§ 1º A ~~responsabilidade pela~~ avaliação a que se refere o *caput* será feita pelo órgão responsável pela política de navegação fluvial, que determinará as características técnicas necessárias ao desenvolvimento do projeto das eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis~~definida no processo de concessão do serviço público que der origem à demanda da construção da barragem.~~

§ 2º No caso de ser comprovada a viabilidade, a construção da barragem deverá ser feita de forma compatível com a implantação simultânea, ou posterior, da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível.

§ 3º Deverá ser garantida a separação dos aproveitamentos de cada uso dos recursos hídricos no que se refere aos custos de investimentos, licitações, implantações de obras, manutenção e operação, respeitadas as áreas de competência dos respectivos órgãos públicos gestores ou de regulação.

~~§ 4º A União poderá arcar com os custos de implantação, manutenção e operação das eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis.~~

§ 54º Consideram-se, para os efeitos desta Lei:

I - cursos de água navegáveis como as correntes, rios ou vias navegáveis constantes do Sistema Hidroviário Nacional, definido pela Lei n.º 5.917 de 10 de setembro de 1973, e legislação complementar ou sucedânea.

II - cursos de água potencialmente navegáveis como aqueles que, embora não estejam relacionados no Sistema Hidroviário Nacional, podem adquirir a condição de navegabilidade mediante a implantação de barragens ou outras obras destinadas a propiciar quaisquer usos de recursos hídricos, construção de canais, eclusas e demais dispositivos de transposição de níveis.

§ 65º Não se aplica o disposto no *caput*:

~~I – aos potenciais hidráulicos cujo aproveitamento hidrelétrico ótimo seja igual ou inferior a 50 MW, atendendo os critérios do § 3º do art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;~~

~~II – aos cursos de água cuja navegação seja considerada inviável mediante estudo técnico aprovado pelo órgão competente do Ministério dos Transportes~~responsável pela política de navegação fluvial.” (NR)

Art. 4º A operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias constitui serviço público que pode ser prestado diretamente, ou sob regime de concessão, pelo poder público do ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados.

Art. 5º Na concessão da exploração de potencial hidráulico ~~para fins de geração de energia elétrica para quaisquer fins~~, o serviço de operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis poderá:

~~I – ser prestado pelo mesmo concessionário do serviço de geração de eletricidade, em contrato único de concessão; ou~~

II - ser objeto de exploração direta pelo Poder Público; ou

III – ser concedido após e de forma independente da construção da ~~usina hidrelétrica~~ barragem e da operação do serviço ~~de geração de eletricidade concedido~~.

§ 1º Em qualquer das hipóteses relacionadas no ~~caput~~ § 4º, o projeto e implantação da barragem deverá prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, se a avaliação a que se refere o art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, acrescido pelo art. 2º desta Lei, assim o indicar.

§ 2º Quando a construção da eclusa envolver obras no corpo da barragem ~~destinada a aproveitamento hidrelétrico~~, o respectivo concessionário deverá executá-la, total ou parcialmente, nos termos ~~de~~ contrato definidos no edital de concessão.

§ 3º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível for parcial, nos termos do § ~~3º~~ 2º, a sua complementação ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

§ 4º A construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível fora do corpo do barramento ficará ~~sempre~~ sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado, caso tal procedimento não implique riscos à segurança do barramento.

§ 5º Qualquer que seja a forma de prestação do serviço de operação de uma eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível, os custos deste não poderão ser incluídos ou subsidiados pelos preços da energia elétrica ou de qualquer outro serviço público que faça uso da água da barragem.

Art. 6º O art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art.4º .....

.....  
 "XIX – determinar, quando couber, com base no planejamento de que trata o art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, os casos de barramento em corpos de água de domínio da União em que é obrigatória a construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível e fornecer suas principais características." (NR)

Art. 7º O art. 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V, renumerando-se os incisos subseqüentes:

"Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:

.....  
 V - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União;" (NR)

Art. 8º O art. 82 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:

.....  
 IV – administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, e terminais e instalações portuárias;

V – gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, terminais e instalações portuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União;

.....” (NR)

Art. 9º A operação de comportas, sistemas geradores de energia elétrica e de outros equipamentos destinados a utilizar água de barragem que se enquadre no disposto no art. 2º deverá garantir vazão mínima **à** jusante que proporcione:

I – em curso de água navegável, condições de navegação de embarcações com calado mínimo igual ao calado médio utilizado nos últimos quinze anos no mesmo trecho de hidrovia;

II – em curso de água potencialmente navegável, condições de navegação de embarcações com o calado máximo que viabilize a utilização econômica da hidrovia.

**~~Art. 10. É obrigatória a implantação, simultaneamente à construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades, de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração reprodutiva.~~**

**~~Parágrafo único, além dos dispositivos a que se refere o caput, a operação das barragens deverá prever descargas de água suficientes para o transbordamento do rio em trechos com incidência de lagoas marginais, em níveis que permitam a troca, entre as lagoas e o curso principal, de ovos e peixes jovens.~~**

Art. 11. O licenciamento ambiental de barragens de cursos de água destinadas a quaisquer fins será feito nos termos da legislação e das normas ambientais federais e estaduais.

§ 1º Para emissão da Licença Prévia (LP) da construção da barragem, deverão constar do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental:

I – a indicação e avaliação das obras de escadas para peixes ou outros dispositivos necessários à preservação da ictiofauna ~~de~~ courses dos cursos de água, incluindo a localização de cada equipamento e as espécies de peixes encontradas na região;

II – o inventário das lagoas marginais situadas na área a ser inundada e a jusante da barragem, indicando as áreas inundadas após o período das cheias e ao final do período de vazante, e as espécies de peixes encontrados nas lagoas em ambos os períodos.

§ 2º A Licença de Implantação (LI) do empreendimento será condicionada:

I - à aprovação, pelo órgão ~~competente do Ministério dos Transportes~~ responsável pela política de navegação fluvial, num prazo de quatro meses do projeto da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível; ou

II – à emissão de parecer, pelo órgão ~~competente do Ministério dos Transportes~~ responsável pela política de navegação fluvial; num prazo de dois concordando com a inviabilidade da navegação, conforme avaliação realizada nos termos do art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a redação dada por esta Lei.-

Art. 12. O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores:

I – à suspensão das licenças ambientais dos empreendimentos correspondentes;

II – ao pagamento de multa diária equivalente a dez décimos por cento do valor patrimonial do empreendimento, até o máximo de 20%;

III – à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

IV – à perda ou suspensão do direito de participação em licitações públicas e em linhas de financiamento de instituições oficiais de crédito.

Art. 13. O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos

necessários à aplicação desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2009.

Deputado **Arnaldo Jardim**  
Relator

Item 3 - PL 3009-B Proposta SPI\_MPOG.doc\_112